

Caminhos e descaminhos do mundo do trabalho diante da ofensiva neoliberal no Brasil: O início de uma nova história¹

Fabiana Scoleso²

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar e compreender as particularidades que a mundialização do capital e as políticas neoliberais adotadas no Brasil produziram na composição de uma nova morfologia laboral. Na década de 1990, a reestruturação produtiva provocou uma alteração do estado brasileiro ao chão de fábrica que determinou a destituição de milhões de trabalhadores de seus postos de trabalho. As novas tecnologias e as novas formas de gestão da produção e da força de trabalho conduziram o sindicalismo à adoção de novas estratégias. A Central Única dos Trabalhadores redirecionou seu sindicalismo, antes propositivo, muito mais para efetivar acordos do que para estabelecer confrontos, já que a nova dinâmica econômica dava todos os motivos para que a luta entre capital e trabalho ficasse mais intensa. Apesar disso, o sindicalismo arrefeceu na mesma proporção em que o Partido dos Trabalhadores também foi alterando as estratégias e o tom das críticas. As mudanças no PT se refletiram na CUT e nos sindicatos mais importantes de sua base. Após 25 anos de ofensiva neoliberal no Brasil, percebemos que a chegada do PT ao governo federal mudou a feição do país com políticas sociais de inclusão, mas sua dinâmica de inclusão e consumo revitalizou o capitalismo e também acirrou interesses econômicos e ideológicos, como pudemos ver ao longo de 2015.

Palavras-chave:

Mundialização; neoliberalismo; sindicalismo; movimentos sociais; reestruturação produtiva

Ways and embezzlements of the labor market before the neoliberal offensive in Brazil - The beginning of a new story

Abstract:

The objective of this paper is to analyze and understand the particularities that the globalization of capital and the neoliberal policies adopted in Brazil produced in the composition of a new labor morphology. In the 1990s the productive restructuring triggered a change in the Brazilian state to the shop

¹ Os temas dispostos neste artigo foram apresentados e debatidos no Congresso Internacional de História do Pensamento Econômico que aconteceu em Valência, Espanha, em dezembro de 2015.

² Doutora em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora de movimentos sociais, sindicalismo e economia brasileira.

floor, which led to the dismissal of millions of workers of their jobs. New technologies and new ways of managing production and work-force led the unions to adopt new strategies. The propositional unionism of the Central Única dos Trabalhadores redirected the struggle to accomplish more agreements than establishing confrontations, since the new economic dynamics gave every reason for the struggle between capital and labor, becoming this struggle more intense. Nevertheless, unionism doused as the Partido dos Trabalhadores was also changing the strategies and the tone of the criticism. Changes in PT reflected in CUT and the most important trade unions of their base. After twenty-five years of neoliberal offensive in Brazil, we realized that the arrival of PT in the federal government changed the trace of the country with social inclusion policies, not only revitalized capitalism through the dynamics of inclusion and consumption, but also intensified economic and ideological conflict, as we could see over 2015.

Keywords:

Globalization; neoliberalism; trade unions; social movements; productive restructuring.

Nos últimos tempos, o debate acerca do neoliberalismo e sua atual condição e papel na economia brasileira tem sido fervoroso e bastante produtivo, após 25 anos de escalada neoliberal que produziu efeitos e aspectos distintos, conduzindo o mundo do trabalho a uma nova conformação.

Esse processo não é uma especificidade do caso brasileiro, mas prerrogativa da mundialização do capital e de suas objetivas e subjetivas formas de captar e controlar o trabalho, precarizando e fragmentando direitos historicamente conquistados. A internacionalização de processos produtivos, as novas formas de gestão da força de trabalho, a informatização, a descentralização da produção, a terceirização, entre outros, colocaram o estado brasileiro e o sindicalismo diante de uma nova realidade. De um lado, garantir a reestruturação e ampliar as bases necessárias para a inserção do Brasil na economia mundial. Do outro, o grande desafio de enfrentar as mudanças e combater as novas formas de opressão produzidas por este novo cenário.

Embora reconheçamos o caráter global das novas formas de ser do capitalismo, é de fundamental importância compreender onde o Brasil se posiciona neste processo e como o nosso desenvolvimento sócio-histórico reagiu às novas demandas da mundialização do capital. E é no metabolismo particular de nossa sociedade que precisamos compreender as concreções que caracterizam nosso desenvolvimento, nossos avanços e limites sociais.

É diante das atrofias do capital e dos elos débeis por ele produzidos ao longo de nossa história que conseguimos compreender os resultados

relativos à atual crise econômica mundial e que agora solapa com maior intensidade a brasileira também.

Nos últimos 25 anos nós percorremos os caminhos para a “modernização” e “internacionalização” da economia carregando um histórico de jamais ter vivido rupturas superadoras nem por parte dos movimentos sociais nem dos partidos de esquerda. A falta de rupturas com o poder autocrático burguês constituído não apenas o fortaleceu, mas também produziu uma força ideológica meritocrata que dissemina na sociedade, por meio dos seus canais midiáticos de interlocução, a noção de que políticas de inclusão social não são prioridade ou sequer necessárias. Que o povo aprenda a pescar o próprio peixe sem vara, anzol ou isca.

O que nos vale neste artigo é compreender as políticas desencadeadas ao longo da década “neoliberal”, seus impactos na reestruturação produtiva e como tais transformações realizaram apenas uma modernização excludente, em que o progresso social está desvinculado da evolução nacional.

As transformações que ocorreram no cenário político brasileiro criaram as condições para que houvesse uma grande aceleração na introdução de formas de produção, de gestão da força de trabalho e de novas tecnologias e padrões produtivos de qualidade. As mudanças desde a escala governamental até o chão de fábrica deram origem a novos dilemas e contradições.

A inserção de novas tecnologias na produção patrocinadas pelo Programa de Incentivo à Capacitação Industrial (PICI) do governo Fernando Collor de Mello conduziu as empresas a aplicar novas bases técnicas e conquistar as certificações internacionais que garantiriam a entrada da produção brasileira no mercado internacional. Na outra ponta, os trabalhadores, substituídos por esta mesma tecnologia, ora sendo recrutados de acordo com os novos níveis técnicos, novos níveis de exigência, ora sendo simplesmente descartados.

O que se nota, nesse momento, é o que Ricardo Antunes aponta em seu livro *Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro*. Nele, Antunes afirma que o desenvolvimento econômico, social, político e cultural se apresenta com traços universais do capitalismo globalizado e mundializado, porém estão incrustados nesse processo os traços particulares que, uma vez compreendidos, ajudam-nos a visualizar e resgatar aquilo que é típico do nosso país. Para ele, trata-se de uma globalidade desigualmente combinada, que não pode admitir uma associação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre nos países centrais e o que se passa nos países subordinados (ANTUNES, 1997, p. 79).

No quadro particular da reestruturação produtiva nos anos 1990 está o sindicalismo brasileiro. Apesar do empenho e da luta sindical no país ao

longo da década de 1980 (BOITO JR., 1991), muitas entidades sofreram cisões importantes que explicam também os rumos que cada uma assumiu posteriormente. As discordâncias ideológicas e de atuação deram origem a novos organismos sindicais e produziram novas lideranças no cenário nacional. A própria Força Sindical, criada em 1991, surgiu do afastamento de um desses grupos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e adotou diretrizes diferenciadas, aproximando-se do sindicalismo de negócios.

O setor mais dinâmico da economia nacional, a indústria automobilística, congregou ao longo de sua história no Brasil uma grande massa de trabalhadores e, conseqüentemente, uma grande massa de resistência. Esta foi responsável por imprimir atos significativos de oposição contra a exploração, ajudando a formular tendências sindicais e intersindicais de grande valor para o movimento operário e sindical.

Nem todas as conquistas e tantas histórias de lutas contra os patrões, porém, pouparam os trabalhadores e o próprio sindicalismo de seu esvaziamento. O politicismo do Partido dos Trabalhadores (PT) e das lideranças sindicais acabou por levar os movimentos sindicais e operários para o universo político, desconsiderando as clivagens sociais determinadas pela antítese estrutural entre capital e trabalho, causando a ausência da entificação de classe essencial no intercâmbio entre movimento sindical e operário.

O politicismo atua neste contexto, enquanto produto dele, como freio e protetor. Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia; estreiteza, contudo, que é toda a riqueza e todo o poder desta burguesia estreita. Efetivamente, subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica, e aparentemente expõe o político a debate e ao “aperfeiçoamento”. Portanto, atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinçado. (CHASIN, 2000, p. 124)

A perda da capacidade contestatória conduz a uma prática cada vez mais próxima da política conduzida e controlada pela burguesia nacional, pelo capital internacional e submetido aos ditames da mundialização do capital.

Com a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989, as ações governamentais voltaram-se para as mudanças na chamada política industrial, com a abertura comercial, a concorrência com o mercado externo e a internacionalização da economia brasileira. De acordo com o governo, essas medidas derrubariam de vez o suposto atraso brasileiro e colocariam a economia do país rumo à modernização, pelo caminho da adoção dos padrões internacionais de produção, gestão e qualidade.

A gama de transformações ocorridas nas indústrias brasileiras, principalmente na automobilística, e seus desdobramentos, aliados à política implantada por Fernando Collor, decerto causaram um duro golpe

no sindicalismo, principalmente aquele historicamente reconhecido no ABC Paulista. Este sindicalismo não conseguiu se reestruturar na mesma velocidade do capital industrial e seu caráter combativo dos anos anteriores foi, ao tempo, substituído por um formato cupulista e burocrata, absorvido pelas negociações com o governo e com as empresas, afastando-se, aos poucos, da base operária.

Diante desse caminho singular da história do sindicalismo brasileiro, é fundamental compreender que o sindicato que atuou na década de 1990 não procurou uma via alternativa de enfrentamento: preferiu não contrapor e muitas vezes andou na mesma direção dos patrões rumo a acordos e negociações coletivas de caráter bastante frágil. Ao adotar esse novo caminho, o sindicato se institucionalizou e afastou-se dos interesses reais da classe trabalhadora. Sua burocratização produziu um sindicalismo neocorporativista e um novo tipo de engajamento com o estado, perpetrando permanências estruturais e o dinamismo de uma lógica de um capitalismo incompleto e cada vez mais opressor.

Ao querer se fazer presente no jogo partidário e burocratizado, principalmente dentro da instância da Câmara Setorial Automotiva, o sindicalismo até então combativo do ABC Paulista acabou subordinando-se e adotando estratégias de ação dentro do sistema, sobrevivendo, portanto, dentro da lógica limitadora, excludente e voraz do capital.

A mundialização do capital deu novo significado às formas de produção, organização e relacionamento dos trabalhadores no interior do processo produtivo. A reconfiguração do capitalismo é a parte mais complexa deste processo e ocorreu em diferentes momentos em cada país. Na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, ocorreu em especial após as Conferências que deram origem ao Acordo de Bretton Woods, assinado em 1944 definindo as regras e procedimentos para regular a economia internacional por meio de organismos como Banco Mundial (Bird) e FMI. Do liberalismo original do século XVII, que tem como maior expressão John Locke, à configuração do espectro neoliberal alguns séculos se passaram e, além da distância temporal, há também o aprofundamento da noção de que a sociedade é organizada materialmente pelo mercado como única forma de garantir as liberdades e respeitar a primazia do indivíduo.

A mais difícil tarefa dos ideólogos do neoliberalismo, em especial os membros da Sociedade de Mont Pèlerin, era conduzir uma nova conformação do capital diante do sucesso que as práticas intervencionistas e regulatórias ganharam na matriz teórica desenvolvida por Keynes na década de 1930. Os anos dourados do estado de bem-estar social keynesiano deixaram de escanteio as tentativas dos grandes teóricos neoliberais de conquistar espaço para a prática de suas problemáticas. Ainda que tenham ficado à margem neste período, os economistas neoliberais encontraram na

crítica a Keynes o espaço necessário para concretizar suas teses. Milton Friedman, Hayek e Karl Popper foram os intelectuais que se destacaram, nos anos 1940, na tarefa de construir um instrumental econômico racionalista, equilibrado e eficiente, como bem aponta Leda Paulani:

Seu objetivo era combater o keynesianismo e o solidarismo reinante e preparar as bases para um novo capitalismo no futuro, um capitalismo duro e livre de regras. Para esses intelectuais, o igualitarismo promovido pelo estado de bem-estar social destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Na base de tais considerações, estava uma concepção de individualismo marcadamente distinta daquela que embasava a teoria neoclássica. (PAULANI, 1999, p. 120)

Ainda que o estado de bem-estar social tenha vivido um ciclo bastante largo, impulsionado em grande medida pelo contexto da guerra fria, a reconfiguração do capital sob a forma de mundialização, de acordo com François Chesnais, é o resultado de dois movimentos conjuntos, intimamente interligados, porém distintos. O primeiro é caracterizado por uma longa fase de acumulação ininterrupta do capital, iniciada em 1944. A segunda diz respeito às políticas de liberalização, privatizações, desregulamentação e desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram desenvolvidas e aplicadas desde a década de 1980, sob o impulso dos governos de M. Thatcher e R. Reagan (CHESNAIS, 1996).

Não podemos, entretanto, ter uma visão homogênea dos fatos. É preciso ponderar que o avanço ou o retrocesso do movimento operário e sindical, assim como a reconfiguração do capital, ocorreram e ocorrem de maneira distinta. Na década de 1980 é possível verificar uma redução nos níveis de sindicalização em países como Estados Unidos e França. As maiores quedas ocorreram na Alemanha e na Inglaterra; ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, o Canadá manteve praticamente os mesmos níveis, enquanto nos países escandinavos a sindicalização cresceu.

Algumas permanências nas formas particulares de desenvolvimento capitalista no Brasil são responsáveis por uma determinação histórica na concepção industrial e no processo de crescimento da força de trabalho. Neste caminho, sem ter vivido experiências concretas de rupturas superadoras, a história da industrialização brasileira, assim como a formação da classe operária, caminhou por vias segmentadas. De certa forma, essa singularidade, que traz a sensação de crescimento, de avanço das forças produtivas dentro da mundialização do capital, neutralizou e ainda neutraliza os processos de contestação e ruptura.

Apesar de a reestruturação produtiva no Brasil ter ocorrido em especial nos primeiros anos da década de 1990, é de fundamental importância indicarmos os marcos iniciais da inserção brasileira nos desígnios neoliberais que permitiram uma reorientação do estado e a

tomada de medidas políticas e econômicas que permitissem o ajuste necessário para iniciar a escalada neoliberal.

O primeiro marco é o Consenso de Washington, ocorrido em 1988 e importante passo para as transformações da economia e do estado brasileiro. A adoção das regras básicas orientou as políticas adotadas na América Latina e se constituiu como referencial nos ajustes para a liberalização, disciplina fiscal, reforma tributária, desregulamentação, entre outros. Foi uma base que ergueu os pilares constitutivos para que fossem adotados como política de estado, criando as condições de adesão à nova lógica da mundialização do capital. Ainda que o Consenso de Washington seja considerado fundamental, não pode ser atribuída a este toda a responsabilidade sobre a nova conformação política que o Brasil assumiu. A redefinição do papel do estado brasileiro nesse novo processo de acumulação capitalista passou pela crescente participação do sistema financeiro e pela avassaladora entrada de grupos privados prontos para negociar *commodities* e participar da conseqüente privatização do patrimônio nacional. Antes mesmo do Consenso já estavam sendo formadas entidades e discussões que fomentaram, ao longo da década de 1980, pressões sobre o governo e alinharam posições contra o alto grau de intervenção estatal na economia. Segundo o professor Armando Boito Jr.:

Já no governo do general Figueiredo, a Fenabran (Federação Nacional de Bancos) e a Febrabran (Federação Brasileira de Bancos) se posicionaram contra o elevado grau de intervenção estatal no setor bancário brasileiro, defendendo abertamente a privatização e a abertura comercial. Os mais importantes bancos brasileiros criaram o chamado Instituto Liberal a fim de discutir e difundir as ideias neoliberais no conjunto do empresariado brasileiro. (BOITO JR., 1999, pp. 117-8)

As federações bancárias e o empresariado brasileiro começam a exigir do governo uma posição cada vez mais alinhada a seus novos interesses. O processo de financeirização do capital vai conduzindo a economia a uma supremacia em relação à política. É o predomínio do capital acima dos interesses nacionais que permite uma rápida reestruturação e mais rápida ainda desregulamentação do mercado, alterando profundamente a divisão internacional do trabalho.

O caráter específico que o neoliberalismo adquire no Brasil depende da relação que ele gradativamente estabelece com a produção, com os investimentos e, principalmente, com a participação ativa do estado nesse processo. François Chesnais, em seu livro *A mundialização financeira: gênese, custo e risco*, descreve com precisão os sobressaltos do processo de liberalização e mundialização financeira desde os anos 1970:

O controle que as instituições financeiras pretendem exercer sobre o valor e mais-valia, assim como sua entrada no capital dos grupos industriais estão na origem das transformações gerais das

relações salariais (flexibilização, precarização, redução no nível médio dos salários reais); frequentemente, as inovações tecnológicas não passam de instrumento adicional para impor essas transformações (inclusive sob a forma de discursos teóricos que contribuíram para ganhar a adesão de certos setores ou para neutralizar certas oposições). Os preceitos da reengenharia industrial, servindo-se da *corporate governance*, desempenham papel central nessa transformação qualitativa da relação salarial. (CHESNAIS, 1998, p. 260)

O estado brasileiro, como síntese da sociedade burguesa e do capital internacional, integrou as novas premissas do mercado, ao transformar os processos de produção, de trabalho e da geração de valor, ao informalizar e precarizar a classe trabalhadora brasileira. A reengenharia neoliberal do estado brasileiro conduziu a economia a um novo relacionamento do mercado brasileiro com o internacional e criou condições, por meio de políticas econômicas e incentivo financeiro, para que a reestruturação produtiva fosse iniciada e completada. Atuou como força corretiva na manutenção e no fortalecimento dos dispositivos legais para a autoexpansão do sistema, ao criar e alimentar novas formas de conflito entre capital e trabalho. É o sentido predatório da lógica assumida pelo estado brasileiro que estabelece a trajetória do neoliberalismo, seus marcos institucionais e seus efeitos no mundo do trabalho e nos rumos do sindicalismo nacional. As transformações financeiras, produtivas e organizacionais que ocorreram em países como os Estados Unidos, China e Japão criaram novas áreas de concorrência e novas necessidades mundiais. O movimento de expansão da economia global produziu um esforço contínuo de busca por espaços econômicos favoráveis à competitividade. As novas zonas de trabalho, os novos blocos econômicos conduziram as economias centrais e as grandes empresas transnacionais na busca de vantagens competitivas, pressionando, assim, os países emergentes a também adotarem políticas liberalizantes, assumindo a prerrogativa de que a utilização do mercado é uma via plausível de desenvolvimento, como no caso brasileiro. De acordo com Luiz Gonzaga Belluzzo:

A nova concorrência engendrou simultaneamente: 1) a centralização do controle, mediante as ondas de fusões e aquisições observadas desde 1980; 2) a nova distribuição espacial da produção, ou seja, a internacionalização das cadeias de geração de valor. Centralização do controle e descentralização da produção: esse movimento de dupla face afetou a natureza e a direção do investimento direto em nova capacidade, reconfigurou a divisão do trabalho (...), alterou as participações dos países no fluxo de comércio. O propósito da competição entre os grandes blocos de capital é de assegurar simultaneamente a diversificação espacial adequada da base produtiva da grande empresa e o “livre” acesso a mercados. (BELLUZZO, 2013, p. 132)

Para assimilar interesses e pressões advindas do setor bancário e do conjunto do empresariado brasileiro foi necessário construir uma legislação alinhada a estas posições e a essa nova dinâmica da economia internacional.

O segundo marco na construção do estado neoliberal brasileiro é a Constituição de 1988 e as diversas emendas votadas e aprovadas. A esta legislação se junta aquela que deu início à flexibilização das leis trabalhistas e à criação de diversos canais de incentivo que permitiram às novas tecnologias rapidamente penetrar o território nacional e alterar as condições de produção e trabalho, consolidando uma nova morfologia laboral e as condições de precarização do trabalho e da vida no Brasil.

São três os momentos que podemos destacar para melhor explicar esse processo:

- 1) Legislação e canais de concessão de crédito para o incremento da reestruturação produtiva, na adoção de um toyotismo sistêmico e, portanto, na configuração de uma nova morfologia do trabalho a partir do governo de Fernando Collor de Mello;
- 2) O processo de aprofundamento da matriz neoliberal, por intermédio do Novo Regime Automotivo, adoção do Plano Real, Plano de Privatizações, permissão de concessões e parcerias com entidades públicas e privadas e mudanças na seguridade social;
- 3) A crise do capitalismo brasileiro, iniciada em 2015, após 12 anos de crescimento e consolidação da lógica neoliberal, e as inúmeras tentativas do Congresso brasileiro de votar e aprovar leis que fragilizam ainda mais os direitos dos trabalhadores.

Diante de todos esses aspectos, por que a Carta Constitucional de 1988 precisa ser analisada? Porque ela exerceu um papel consonante com os elementos constitutivos do neoliberalismo brasileiro. Seu texto assumiu as prerrogativas do neoliberalismo, embora tenha adotado, paradoxalmente, características de um estado social. O jurista Eros Graus destaca que o liberalismo clássico era absolutamente dependente da ação do estado por meio da sua atuação normativa, dando as bases para a configuração de itens contratuais e para a manutenção do mercado como instituição jurídica (GRAUS, 2012). No caso brasileiro, ao mesmo tempo em que circunscrevia os canais para a liberalização da economia e assumia seu papel de subsidiária, a legislação implementou uma extensiva rede de proteção social baseada na construção de uma nova e completa Previdência Social. O professor José Joaquim Calmon de Passos denominou este processo “o ônus da nossa redemocratização tardia”, numa época em que as diversas formas de proteção social estavam em crise no mundo todo (PASSOS, 2007).

Fundada, portanto, na livre-iniciativa, a Constituição de 1988 estabeleceu um programa de ações sociais e econômicas no sentido de

reduzir as desigualdades regionais e incentivar o desenvolvimento industrial, ao atuar diretamente na nova ordem econômica internacional. As reformas neoliberais assumidas na nova Constituição deram garantias para que os governos dos anos 1990 pudessem aprofundar a permeabilidade dos interesses do capital sobre as instituições e a economia brasileira, ao permitir que as emendas constitucionais constituíssem uma estratégia plausível para alterações pontuais, de acordo com as necessidades da política econômica dos governos.

A estabilização econômica e as reformas estruturais do estado estavam alicerçadas na Constituição Federal e o aprofundamento do neoliberalismo adotaria novos capítulos quando a flexibilização das leis trabalhistas entrou em pauta, como forma de completar a investida do capital sobre o trabalho. O estado, fiel parceiro do capital, permitiu sua rápida transição para uma economia flexível na sua forma amplificada, que é a sua financeirização. A lógica da empresa flexibilizada e do estado neoliberal atendeu aos propósitos do mercado internacional e inseriu o Brasil em um novo modelo predatório de subordinação.

Do ponto de vista da macroeconomia, as mudanças no texto constitucional e as relações assumidas entre estado e capital internacional intensificaram os ajustes no campo tecnológico, na qualidade e na produtividade, assim como a necessidade de flexibilizar os direitos trabalhistas, dentre eles os históricos e tardiamente conquistados. Para Birgit Mahnkopf, não existe sinergia entre crescimento econômico e ampliação da seguridade socioeconômica, sendo esta, assim, um obstáculo a ser superado pelos instrumentais legais (MAHNKOPF, 2005).

A abertura comercial iniciada no governo de Fernando Collor de Mello valeu-se desse corpo legal para facilitar politicamente a inserção de uma cadeia produtiva mais moderna, forçando a qualificação da força de trabalho e, de maneira indireta, uma mudança no perfil do trabalhador, que passou a ser mais jovem e com pouco ou quase nenhum histórico de participação em sindicatos ou movimento operário.

A mundialização do capital e a nova postura política assumida pelos governantes brasileiros na década de 1990 permitiram a entrada de um modelo produtivo que configurou a nova lógica capitalista por intermédio da empresa flexibilizada. Fernando Collor de Mello fomentou uma nova legislação que viabilizou suporte financeiro para facilitar a implantação de equipamentos modernos e também para que as grandes empresas pudessem ajustar a produção nacional aos exigidos certificados de qualidade. O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) desempenhou importante papel como canal financiador e incentivador da entrada de novos insumos e formas contemporâneas de gestão da produção e do trabalho. A eliminação das barreiras para importação de consumo e de

capital, especialmente para automóveis e para o setor de informática, deu condições para que estes dois setores rapidamente se ajustassem aos requisitos técnicos exigidos internacionalmente, de forma que logo adquiriram as certificações e seus selos International Organization for Standardization (ISO) que garantiam os padrões necessários para a competitividade e a comercialização dos produtos no mercado internacional. A adoção de novas estruturas técnicas, de logística e de gestão passou a exigir do governo uma série de novas regulamentações, principalmente em relação às leis trabalhistas associadas ao perfil desta nova dinâmica produtiva, mais conhecida tecnicamente como toyotismo sistêmico (ALVES, 2000).

Longe de ser partilha equitativa, as novas prerrogativas do neoliberalismo se constituíram como instrumento de multipolarização, sobretudo na construção do mito da modernidade, sob a lógica da liberdade, justiça e laicidade do mundo (TOURAINÉ, 1997). Seus antagonismos estão presentes nas sucessivas crises que atingem com maior volatilidade os grandes países, no aumento drástico do desemprego, principalmente no continente europeu, na degradação do trabalho e das condições de vida de um número cada vez mais impressionante de pessoas. As recentes migrações e as zonas de refugiados que se formaram nos últimos anos são expressões do quão pode ser opressora e destrutiva a disputa pelo poder e o predomínio do capital sobre os imperativos da humanidade. O caso brasileiro nem de longe é o de maior gravidade, mas não deixa de demonstrar uma expressão do papel assumido pela economia e pelo estado no favorecimento das grandes corporações, nas formas que encontra para efetivar seus negócios, na desregulamentação contínua do estado e na consequente precarização do trabalho e da vida.

Além da eliminação de inúmeros postos de trabalho por conta da inserção das novas tecnologias, a reconfiguração do cenário produziu também uma nova correlação de forças entre as novas formas de gestão do trabalho e os novos limites da atuação sindical. Para as grandes empresas e para uma conformação ainda maior dos pressupostos neoliberais é necessário garantir este processo a partir de seu mais importante instrumental: a flexibilização das leis trabalhistas. Assim, a flexibilização destas leis e as condições contratuais que ela ofereceu aos empregadores tratou de criar formas de emprego sem qualquer tipo de garantia social, constituindo uma nova morfologia laboral que levou à precarização.

Na década de 1990, o preço que o povo brasileiro pagou para ter acesso a todas as novidades propaladas pelo governo brasileiro foi alto demais. Nenhuma delas garantiu a soberania dos direitos da classe trabalhadora e a principal herança deixada nesse período foi a necessidade de ter de conviver com o desemprego estrutural e a informalidade, com

menor poder de compra dos salários e com a oferta de produtos e serviços mais caros e de qualidade duvidosa.

Nesse sentido, o filósofo húngaro István Mészáros foi bastante preciso ao abordar o papel do capital:

Ao longo do último século, é certo que o capital invadiu e subjugou todos os cantos do nosso planeta, tanto os pequenos como os grandes. No entanto, ele se mostrou absolutamente incapaz de resolver os grandes problemas que as pessoas têm de enfrentar na vida cotidiana pelo mundo afora. No mínimo, a penetração do capital em cada um dos cantos do mundo “subdesenvolvido” só agravou esses problemas. Ele prometia a “modernização”, mas, depois de muitas décadas, a intervenção trombeteada em alto e bom som só ofereceu a intensificação da pobreza, a dívida crônica, a inflação insolúvel e uma incapacitante dependência estrutural. (MÉSZÁROS, 2002, p. 92)

A flexibilização das leis trabalhistas e a intervenção do capital na desregulamentação das conquistas e direitos dos trabalhadores foram decisivas na configuração dos interesses de mercado. A redução dos postos de trabalho e as novas políticas em torno da contratação/demissão produziram efeitos que vão muito além. As novas modalidades de contratação (terceirização, contratos temporários, banco de horas e a redução da jornada de trabalho com redução salarial) passaram a ser temáticas constantes e amplamente discutidas pelos sindicatos e centrais.

O modelo japonês de produção, baseado no *lean production* (produção enxuta), sem “gordura” de pessoal, passou a dominar os conceitos de gestão, planejamento e produção, o que gerou a eliminação de setores internos de produção, dando início à terceirização e livrando as empresas de custos e encargos sociais. Tal situação forçou as empresas produtoras de peças e equipamentos a reduzir valores e também a cortar custos, provocando, conseqüentemente, a precarização e o rebaixamento de salários.

As formas específicas de objetivação do capitalismo brasileiro revelam que a constituição hipertardia do capitalismo industrial fomentou uma classe operária no mesmo ritmo e que encontrou muitas dificuldades, ao longo da história e pela sua própria história, de encaminhar uma luta para além das esferas econômicas. Diante desse cenário de reestruturação, de um governo que deu bases financeiras e legais para a implantação da indústria moderna, é de fundamental importância analisar a atuação do sindicalismo brasileiro, principalmente aquele oriundo do setor mais dinâmico e que mais impacto sofreu neste processo: a indústria automobilística.

A reestruturação produtiva do capital amplificou sua lógica destrutiva de viés neoliberal que, na particularidade brasileira, assumiu novas feições, revelando suas contradições: crescimento industrial,

equiparação tecnológica/produtiva, modernas formas de articulação e gestão dos recursos humanos, logística etc., em contradição com o pouco avanço social, com a deterioração, cada vez maior dos serviços de saúde e educação, assim como a acentuação da precarização e da superexploração do trabalho.

Dessa maneira, a classe trabalhadora brasileira enfrentou muito mais uma degradação contínua do mundo do trabalho e a fragmentação da sociabilidade do trabalho, o que estimulou uma atuação nova da CUT e do sindicalismo brasileiro de modo geral.

A adoção de novos rumos para o sindicalismo brasileiro na década de 1990 e a mudança no perfil do operariado brasileiro produziram cenários distintos: a possibilidade da reestruturação do capital e a adoção da negociação como minimizador da degradação do trabalho e da fragmentação da subjetividade operária. A luta de classes se transformou em colaboracionismo, o que evitou confrontos e questionamentos.

A falta de rupturas e de uma posição crítica frente à organização e atuação da política neoliberal brasileira fizeram que o sindicalismo do final da década de 1970 fosse substituído por uma posição cada vez mais politicista. Ele não se colocou como alternativa política de superação, mas como alternativa dentro da ordem. Apesar de todos os problemas que o sindicalismo enfrentou ao longo das décadas de 1960 e 1970, ainda assim conseguiu propor e atuar dentro de uma perspectiva de mudanças. Agora, de acordo com Ricardo Antunes:

Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Distanciam-se crescentemente do sindicalismo e dos movimentos sociais classistas dos anos 60/70, que propugnavam pelo controle social da produção, aderindo ao acrítico sindicalismo de participação e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem. Abandonam as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visaram à emancipação do trabalho, à luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da social-democratização, ou, o que ainda é mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal. A brutal defensiva dos sindicatos frente à onda privatista é expressão do que estamos nos referindo. (ANTUNES, 1999, p. 35)

É evidente que o movimento sindical sofreu duro golpe nessa época e que, para suportar tamanhas mudanças, precisou, também, reavaliar e alterar suas formas de luta. Mas por que o movimento sindical, tão combativo e presente nos anos 1980, não chegou à década seguinte com a mesma vitalidade para reagir à reestruturação? O que faltou ser realizado na década anterior para garantir um sindicalismo forte, participativo, de base e combativo nos anos 1990?

Em primeiro lugar, não podemos perder de vista o direcionamento que o PT e a CUT deram e a nova agenda de debates do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, que carregou e carrega consigo um histórico bastante importante na reorganização e na vitalidade da classe trabalhadora em anos anteriores.

A mudança de um sindicalismo classista para um sindicalismo propositivo foi fator que influenciou as estratégias diante das correlações de forças impostas pela nova configuração da economia brasileira e do mundo do trabalho. Ela veio por meio de uma atuação de via política, mas que não se mostrou tão eficiente. A grande representatividade da CUT frente à classe trabalhadora brasileira permitiu que ela se constituísse como entidade forte e presente nos principais eventos políticos, econômicos e sociais do país, influenciando diretamente os vários setores sindicais a ela filiados.

Ao longo da década de 1980, os congressos da CUT apresentaram grandes discussões sobre as problemáticas nacionais, mas também deixaram claros os seus conflitos internos. De seu surgimento, em 1983, até 1991, alguns importantes afastamentos ocorreram. Foi o caso da cisão que deu origem à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e, mais tarde, daquela que originou a Força Sindical.

Foi, porém, no III Congresso da CUT, em 1988, que as diretrizes da entidade começaram a adquirir nova feição. As mudanças estatutárias restringiram o número de participantes e conduziram a entidade para uma representação mais burocrática, de estrutura verticalizada. Ela se transformava em um aparelho administrativo-institucional que objetivava a participação dos trabalhadores na busca pelas soluções de seus problemas pelo plano político.

De 1988 a 1991, a CUT passou por intensa redefinição de seu papel no interior do movimento operário e sindical. O início desse processo aconteceu quando o então presidente da república, José Sarney, convocou as entidades de classe a participar do chamado Pacto Social.

Já no IV Concut, realizado no Palácio das Convenções do Anhembi em 1991, a CUT realizou um balanço político da sua atuação na década anterior, apontando suas lutas históricas sobre o não pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a luta pela jornada de trabalho de 40 horas semanais, pela liberdade sindical, entre outros.

O principal aspecto desse Congresso foi a luta pelo controle da Central, que acabou sendo camuflada pelos debates em torno das questões estatutárias e administrativas. As divergências em torno dos rumos da CUT ficaram ainda mais definidas no aparecimento de dois grandes blocos divergentes: a Articulação, que já estava na direção da Central desde o Congresso de 1988, com Jair Meneguelli, e que compunha forças com a Nova Esquerda, a Vertente Socialista e a Unidade Sindical; do outro lado

estavam a Corrente Sindical Classista, a Convergência Socialista e a Força Socialista, assim como outros pequenos grupos.

Para além das disputas internas, de discussões e pancadarias que marcaram o encontro, a CUT produziu um documento intitulado “Bases para um compromisso”. Nele se afirmava a consolidação da centralidade na luta que se apresentava no seu caráter pluralista e democrático, conglomerando as diversas visões táticas e estratégicas com que se constituíram, defendendo, ainda, o direito à manifestação dessas diferenças. As orientações influíram diretamente nas formas de condução dos sindicatos filiados. Essas entidades passaram a ser as sessões menores que reproduziam as resoluções e os acordos cutistas firmados em 1991, levando a cabo o sindicalismo propositivo em cujas veias circulava muito mais o desejo da negociação do que uma prática reivindicativa de massas.

A campanha salarial da principal base cutista, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, começou em 1990 com uma reunião com representantes do Grupo 19 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Diante da depressão salarial e dos novos rumos políticos, a CUT e seus sindicatos filiados exigiam que os salários fossem pagos e reajustados semanalmente, dados os altos índices de inflação e as remarcações de preços que ocorriam diariamente. Com isso, os sindicatos pretendiam que os salários acompanhassem a subida dos preços do custo de vida. Ainda dentro das reivindicações dessa campanha estava o pagamento de salário adicional e a antecipação do 13º salário.

Na assembleia realizada no dia 2 de fevereiro, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, ficou decidido que os trabalhadores estariam em mobilização permanente e orientados a não cumprirem nenhuma hora extra. Mas o dia 15 de março de 1990 ficaria marcado na história como o início de um governo que mudaria, não só naquele instante, mas a seu tempo, as formas como a CUT e o Sindicato do ABC encaminhariam suas demandas e a própria forma de ser do sindicalismo brasileiro.

Alguns dias depois da posse do novo presidente da república, a equipe econômica do governo baixou uma série de medidas que pretendiam reorganizar a economia e dar um rumo internacionalista ao país. As negociações entre Sindicato e Fiesp foram suspensas por 120 dias. Logo começaram as movimentações para que a Federação de industriais voltasse a negociar. As comissões de fábrica das principais empresas do ABC Paulista se articulavam para promover uma grande paralisação e forçar a reunião entre Sindicato e Fiesp (GAZETA, 1990a).

As demissões em massa passaram a ser a tônica na região. Depois das paralisações iniciadas na Mercedes-Benz, os metalúrgicos ocuparam a Ford em protesto contra 100 demissões (GAZETA, 1990b). Já no mês de junho

aconteceu uma reunião de negociação entre as partes. Após três horas de reunião, muitas pendências ainda restavam e os metalúrgicos, sob a liderança de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, decidiram dar continuidade às paralisações.

A opção pela continuidade da greve desencadeou a última grande paralisação do ABC Paulista na década de 1990, a chamada greve dos “Golas Vermelhas”³. Após ela as manifestações na região adquiriram outras conotações e a negociação tripartite nas Câmaras Setoriais marcaria definitivamente a mudança e a atuação dos sindicatos filiados à CUT. Começou na Ford, como forma de solidariedade com os funcionários demitidos da Mercedes-Benz, e acabou desencadeando um movimento que chama a atenção pela radicalidade e pela quantidade de dias em que os funcionários mantiveram a greve: 41 ao todo. Ao final, os metalúrgicos receberam seus vales com o desconto dos dias parados. Cerca de mil trabalhadores iniciaram uma assembleia no interior da fábrica e, depois, concentraram-se em frente ao prédio do Departamento de Relações Industriais da Ford (SCOLESO, 2009).

Nos primeiros dias da paralisação a empresa, com o objetivo de desarticular o movimento, suspendeu todos os membros que compunham a Comissão de Fábrica e demitiu outros funcionários, numa atitude radical e completamente fechada a qualquer tipo de negociação ou acordo. Além disso, a Ford passou a divulgar em jornais de grande circulação a abertura de novos postos de trabalho e novas contratações, atitude que revelava um tom ameaçador por parte da empresa.

Percebendo a necessidade de intensificar o movimento, os grevistas passaram a adotar novas estratégias organizativas, a fim de firmar posições e manter a paralisação. Arrecadação e distribuição de recursos eram feitas por meio de um rígido controle da presença diária dos grevistas na fábrica. Mas o final do mês de junho revelaria o período mais conturbado do movimento. A empresa, como forma de dismantelar a paralisação e romper com a ação organizativa financeira dos grevistas, decidiu também que não pagaria os trabalhadores que estavam exercendo suas funções normalmente, pois eram eles que contribuía financeiramente para que os grevistas resistissem ao movimento. Revoltados com tal decisão, os trabalhadores começaram um quebra-quebra generalizado: destruíram os carros dos diretores e das gerências que estavam estacionados no interior da empresa, depredaram prédios e invadiram o Departamento de Relações Industriais da Ford. A empresa acionou a força policial para conter os grevistas, a fim de que os diretores fossem retirados do interior da fábrica e a ordem fosse restabelecida. A maior greve da história da Ford terminou

³ A greve na Ford foi apelidada de “Golas Vermelhas” pelo uso dos uniformes nos setores onde a greve se iniciou.

com um saldo nada positivo: três depredações e cerca de 150 carros de chefes e supervisores destruídos, contabilizando um prejuízo de US\$ 300 milhões, juntando o fato de terem deixado de produzir 25 mil veículos.

Essa mobilização, entretanto, mostrou-se um tanto singular em relação às demais paralisações concebidas pelas lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e manifestou-se como importante no sentido de revelar o potencial de luta e organização que fazia parte da história dos metalúrgicos. Equivocada ou não, e mesmo extremada em alguns aspectos, a greve dos “golas vermelhas” acabou se transformando numa das últimas manifestações que permitiram, no seu bojo, a participação e a organização efetiva dos trabalhadores pelos seus direitos. Foi uma pressão que se fez importante na retomada das negociações e um instrumento que continuava na ordem do dia para pressionar as grandes empresas a estabelecer, ao menos, um diálogo.

Daí para frente as coisas mudaram bastante para o movimento sindical. Em janeiro de 1991, ano da realização do VI Congresso dos Metalúrgicos, os temas debatidos giraram em torno da previdência e da saúde, da Justiça do Trabalho e da cultura e das novas tecnologias. No mês de fevereiro, 3.550 trabalhadores da fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo foram demitidos. Os líderes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tinham posições diferentes diante de como reagir a tal acontecimento. Huguiberto Della Bella Navarro afirmava que uma greve naquele momento ajudava mais as empresas, que estavam com os pátios lotados, do que propriamente os trabalhadores. Já Vicentinho mostrava não saber qual seria a reação dos trabalhadores ao verem seus nomes na lista de demitidos, além de temer que a radicalização poderia relembrar os fatos que marcaram as depredações na Ford no ano anterior.

Após dias intensos de protestos na Via Anchieta, greve, assembleias e a retomada das negociações, Vicentinho foi para Brasília, na tentativa de cobrar uma solução do governo e da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Sem grandes resultados, os sindicatos dos metalúrgicos do Grande ABC e a Central Única dos Trabalhadores (grupo regional) convocaram uma greve para o dia 15 de março, mas havia um impasse entre os dirigentes do ABC e os da CUT Nacional, que foram contra a greve. Mesmo sem o apoio da entidade a greve aconteceu, mas o redirecionamento, a nova posição assumida pela CUT Nacional levaria a entidade a exercer um papel cada vez mais institucionalizado e burocratizado. Em setembro de 1991, o IV Congresso da CUT decretaria de vez os rumos do sindicalismo na era neoliberal. Suas determinações marcariam a história do movimento sindical e alterariam significativamente as suas formas políticas e organizativas nos anos subsequentes. A “Noite da Vigília”, como foi chamado o protesto que ocorreu em dezembro do mesmo ano, marcou os novos procedimentos do

Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema, como uma forma diferenciada de se opor ao governo de Fernando Collor de Mello.

O ano de 1991 encerrou, no ABC Paulista, as atividades grevistas de grande porte e as orientações das lideranças cutistas para a disseminação de um sindicalismo propositivo se transformou na plataforma estratégica a ser seguida pelos sindicatos filiados. Ao Sindicato dos Metalúrgicos da região, principal membro da entidade, coube o papel de redefinir seus rumos e servir de exemplo para o desencadeamento das novas relações entre patrões e trabalhadores, entre capital e trabalho.

A perda da radicalidade da CUT e a acomodação à ordem institucional alterou significativamente a capacidade de organização e luta da classe trabalhadora. Seu enfraquecimento e vacilações ideológicas permitiram a construção de um sindicalismo propositivo que aderiu às prerrogativas da era neoliberal e construiu suas novas estratégias de luta dentro desta lógica destrutiva. Ao abandonar as formas políticas e organizacionais das décadas anteriores e assumir a negociação como principal estratégia, a CUT e os sindicatos filiados se afastaram das bases e abandonaram sua função educativa e mobilizadora. Muito dessa nova organicidade assumida pela CUT advinha das mudanças que estavam acontecendo dentro do PT. A derrota nas eleições presidenciais de 1989 foi um golpe duro demais para a pretensão do partido, que agora precisaria se recompor em termos ideológicos, estratégicos e práticos para enfrentar, dentro da ordem, os desafios da mundialização do capital e da reconfiguração política que se dava no cenário brasileiro.

O cenário histórico era outro, o PT, a CUT e as entidades filiadas também eram. Neste sentido, o sociólogo Florestan Fernandes já alertava sobre a posição que os órgãos de defesa dos trabalhadores tinham de manter e o que ocorreria caso isso não acontecesse:

O PT saiu das eleições com a imposição de rever suas concepções e práticas políticas, diante da irradiação do socialismo, da luta de classes, das relações com os sindicatos e a CUT, com os trabalhadores da terra e do complexo industrial, comercial e de serviços, com os radicais da pequena burguesia e das classes médias, com o movimento negro, o movimento indigenista, o movimento das mulheres, o movimento ecológico, o movimento dos favelados etc. E é imperioso que corrija suas relações recíprocas com a esquerda reformista e revolucionária. De outro lado, se não pode se ater às “alterações de cima para baixo”, também não pode ignorá-las, o que exige uma complicada estratégia no combate defensivo e ofensivo com as elites das classes dominantes (dos empresários e capitalistas aos militares). Mas cumpre não ignorar: sem consciência social socialista não há reforma social nem revolução. O PT vê-se impelido para a frente pelas forças sociais que ele representa, unifica e orienta para “ocupar o poder”. Isso é pouco, no entanto,

porque deve se preparar para ir mais longe: conquistar o poder e solucionar a questão do estado. Em consequência, ultrapassou os imperativos políticos de seu ventre materno, o ABCD. Precisa refundir os fundamentos da sua existência e propor-se em termos mais exigentes seus problemas de organização. Se não fizer isso, neste instante, perder-se-á como partido de massa, socialista e revolucionário. Oscilará de posição, convertendo-se em partido da ordem, de centro-esquerda, uma fatalidade brasileira. (FERNANDES, 1991, pp. 13-4)

E o partido realizou seu balanço em seu I Congresso, em 1991. Discutiu temas como o socialismo e sua queda no Leste Europeu e a concepção e prática de construção e atuação partidária, realizando, também, uma crítica contundente dos governos burocrático-estatais, ao mesmo tempo em que sua tendência o levava a esta mesma conformação. Fica cada vez mais evidente que o partido vivia um descompasso que o levou da democracia de base ao centralismo cupulista. Sua nova organicidade contribuiu de forma negativa, pois anulou práticas históricas e esvaziou o debate junto às bases operárias. Consequentemente, a CUT caminhou pelas mesmas vias e a perspectiva de luta da central foi sendo abandonada em favor de uma posição “dentro da ordem” que deu mais força às tendências burocráticas e aparelhistas que estavam presentes em seus setores majoritários (MACIEL, 2012).

Dessa forma, a CUT se transformou numa central de sindicatos e os trabalhadores estavam cada vez mais ausentes das discussões das problemáticas que enfrentariam ao longo dos anos 1990. Integrados à lógica neoliberal e aderindo também à institucionalidade, os novos parâmetros políticos cutistas abriram mão da radicalidade, das bases operárias e, progressivamente, foi se definindo seu novo marco de atuação.

Pontuando, desta maneira, a temporalidade de tais mudanças e as novas formas de debate e lutas estabelecidos a partir de então, não fica difícil compreender também agora, quando o PT é governo, os motivos de o movimento sindical caminhar com menor intensidade e radicalidade. Tendo aderido à lógica já implícita no país há 25 anos, os movimentos são muito mais expressão das suas lideranças e atividades burocráticas, muitas vezes alinhadas ideologicamente com o governo, do que reflexo do desejo da classe trabalhadora que é, sem sombra de dúvidas, a luta contra a constante aniquilação dos seus direitos. Basta olharmos para o ano de 2015 e analisarmos todas as tentativas dos congressistas, representantes dos interesses do grande capital, de flexibilizar de forma ainda mais intensa os direitos trabalhistas e previdenciários. Aí está um grande exemplo de como os interesses dos trabalhadores são impiedosamente atacados mesmo tendo na ponta do governo federal um partido que carrega a origem e a história da luta dos trabalhadores.

Referências bibliográficas

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. “Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro”. In: *Neoliberalismo e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. Boitempo: São Paulo, 1997.
- _____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6. ed. Cortez: São Paulo, 1999.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARAÚJO, Ângela (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Unesp, 2013.
- CHASIN, J. *A miséria brasileira*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Xamã: São Paulo, 1996.
- _____. *Mundialização financeira: gênese, custo e risco*. São Paulo: Xamã, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *A constituição inacabada: vias históricas e significados políticos*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- _____. *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- GAZETA Mercantil. Metalúrgicos do ABC tentam ampliar adesões, 18 jun. 1990.
- _____. Operários ocupam a Ford do ABC contra demissões de grevistas, 25 jun. 1990.
- GRAUS, Eros Roberto. *A ordem econômica na constituição de 1988*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- MACIEL, David. *De Sarney a Collor – reformas políticas, democratização e crise*. Alameda: São Paulo, 2012.
- MAHNKOPF, Birgit. “O futuro do trabalho: globalização da insegurança”. In: *Globalização e justiça II*. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PASSOS, J. J. Calmon de. A constitucionalização dos direitos sociais. *Revista Reforma e Estado*, Salvador, n. 1, 2007.

PAULANI, Leda. Neoliberalismo e individualismo. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, n. 13, dez/ 1999.

SCOLESO, Fabiana. *As formas políticas e organizacionais do “novo sindicalismo”*: as paralisações metalúrgicas de 1978, 1979 e 1980 no ABC Paulista. 2003. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. *Reestruturação produtiva e sindicalismo metalúrgico do ABC Paulista*: as misérias da era neoliberal na década de 1990. 2009. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.